



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL

INCLUSÃO DIGITAL DOS ALUNOS DA EJA III DA EMEIF REITOR
ANTONIO MARTINS FILHO

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

JOSÉ LOPES BEZERRA

Santa Maria-RS, Brasil

2009

**INCLUSÃO DIGITAL DOS ALUNOS DA EJA III DA EMEIF
REITOR ANTONIO MARTINS FILHO**

por

José Lopes Bezerra

Nome do(a) Autor(a)

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de

Especialista em Gestão Educacional

Orientador: Prof. Dr.Reinoldo Marquesan

Santa Maria-RS, Brasil

2009
Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

INCLUSÃO DIGITAL DOS ALUNOS DA EJA III DA EMEIF
REITOR ANTONIO MARTINS FILHO

elaborada por José Lopes Bezerra

Nome do(a) Autor(a)

como requisito parcial para obtenção do título de

Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr.Reinoldo Marquesan

(Presidente/Orientador)

Prof. Dr.Hugo Antonio Fontana – UFSM

Prof. Dr. Leocardio José Correia Ribas Lameira –UFSM

Santa Maria, 08 de agosto de 2009,

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

TITULO DA MONOGRAFIA : INCLUSÃO DIGITAL DOS ALUNOS DA EJA III DA EMEIF REITOR ANTONIO MARTINS FILHO

AUTORA: José Lopes Bezerra

ORIENTADOR: **Prof. Dr.Reinoldo Marquesan**

Data e Local da Defesa: Santa Maria,08 de agosto 2009.

Com a globalização, as idéias capitalistas das grandes potências mundiais se propagam pelos países desenvolvidos econômico e politicamente que aos poucos foram inseridas em suas estruturas sociais as exigências feitas pelo mercado estrangeiro. Isto foi possível com a instalação das multinacionais que desencadeou o avanço tecnológico. Além do avanço tecnológico nas empresas que visa uma maior produtividade num menor tempo, estamos convivendo com uma revolução tecnológica na área comunicacional em que milhares de pessoas envolvidas pela informação imediata dos meios de comunicação social têm acesso as várias informações, possibilitando, o rompimento da barreira do espaço e do tempo. Diante disso, como ficam os alunos da Educação de Jovens e Adultos, que pouco ou nunca tiveram acesso à escola, e que a única técnica de trabalho conhecida é que desenvolveram através da força braçal.Pensando nisso, fica a nossa inquietação diante desse quadro de Educação de Jovens e Adultos na EMEIF Reitor Antônio Martins Filho. A inclusão digital é um tema bastante recorrente da nossa atualidade. As necessidades oriundas das atuais exigências sociais, determinadas pelo avanço tecnológico, evidenciam diferentes perfis de excluídos digitais. Entre outras formas de exclusão.

Palavras-chave: inclusão digital – globalização – revolução tecnológica

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

**TITULO DA MONOGRAFIA : INCLUSÃO DIGITAL DOS ALUNOS
DA EJA III DA EMEIF REITOR ANTONIO MARTINS FILHO**

AUTHOR: José Lopes Bezerra

ADVISER: **Prof. Dr.Reinoldo Marquesan**

Data e Local da Defesa: Santa Maria,08 de agosto 2009.

With the globalization, the capitalist ideas of the great world-wide powers if propagate politically for the developed countries economic and that to the few the requirements made for the foreign market had been inserted in its social structures. sto was possible with the installation of the multinationals that unchained the technological advance. Beyond the technological advance in the companies whom a bigger productivity in a lesser time aims at, we are coexisting a technological revolution in the communicational area where thousand of involved people for the immediate information of the social medias has access the some information, making possible, the disruption of the barrier of the space and the time. Ahead of this, as they are the pupils of the Young Education of e Adult, who little or had never had access to the school, and that the only technique of known work is that they had developed through the manual force. Thinking about this, it is our fidget ahead of this picture of Education of Young and Adults in the EMEIF Director Antonio Martins Filho. The digital inclusion is a sufficiently recurrent subject of our present time. The deriving necessities of the current social requirements, determined for the technological advance, evidence different excluded profiles of digital. Among others exclusion forms.

Key-words: Learn digital inclusion. globalization - technological revolution.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1.APRESENTAÇÃO DO TEMA.....	6
2.PROBLEMATIZAÇÃO	7
3. Objetivos.....	7
3.1. Objetivos Geral.....	7
3.2. Objetivos Específicos	7
4.JUSTIFICATIVA	8
5.BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	9
6.EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	15
6.1Analfabetismo	15
6.2 Perspectiva Freiriana na Educação de Jovens e Adultos.....	17
6.3 Programas Nacionais em Educação de Jovens e Adultos.....	19
6.3.1 Alfabetização Solidária.....	19
6.3.2 Brasil Alfabetizado.....	23
6.3.3. O Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos, Integrada com Qualificação Social e Profissional para Agricultores (as) Familiares.....	24
6.3.4. O Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de EJA - PROEJA NO CEFET.....	25
6.3.5 A Hegemonia das Políticas Compensatórias: os programas Escola de Fábrica e PROJOVEM.....	25
7. EJA E INCLUSÃO DIGITAL.....	30
7.1.Projetos e Programas de Inclusão Digital no Brasil.....	32

7.2. Uma Experiência na Alfabetização de Jovens e Adultos- SESI –Serviço Social da Indústria- Inclusão Digital.....	36
7.3.Por Que Inclusão Digital na EJA?.....	37
8.METODOLOGIA.....	41
9 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	43
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47

INCLUSÃO DIGITAL DOS ALUNOS DA EJA III DA EMEIF REITOR ANTONIO MARTINS FILHO.

RESUMO

Com a globalização, as idéias capitalistas das grandes potências mundiais se propagam pelos países desenvolvidos econômico e politicamente que aos poucos foram inseridas em suas estruturas sociais as exigências feitas pelo mercado estrangeiro. Isto foi possível com a instalação das multinacionais que desencadeou o avanço tecnológico. Além do avanço tecnológico nas empresas que visa uma maior produtividade num menor tempo, estamos convivendo com uma revolução tecnológica na área comunicacional em que milhares de pessoas envolvidas pela informação imediata dos meios de comunicação social têm acesso as várias informações, possibilitando, o rompimento da barreira do espaço e do tempo. Diante disso, como ficam os alunos da Educação de Jovens e Adultos, que pouco ou nunca tiveram acesso à escola, e que a única técnica de trabalho conhecida é que desenvolveram através da força braçal. Pensando nisso, fica a nossa inquietação diante desse quadro de Educação de Jovens e Adultos na EMEIF Reitor Antônio Martins Filho.

As mudanças sociais estão processando e alternando a nossa vida, impondo como prioridade um domínio global do conhecimento. É nessa perspectiva que a prática do uso da informática, a reflexão e a interação com o universo digital são reconhecidamente, as maneiras de desenvolver competências para que os alunos possam assimilar informações e utilizá-las em contextos variados, elevando assim, sua auto-estima.

A inclusão digital é um tema bastante recorrente da nossa atualidade. As necessidades oriundas das atuais exigências sociais, determinadas pelo avanço tecnológico, evidenciam diferentes perfis de excluídos digitais. Entre outras formas de exclusão.

Palavras-chave: inclusão digital – globalização – revolução tecnológica

1 APRESENTAÇÃO DO TEMA

A problemática deste trabalho parte desta condição de excluídos digitais da Educação de Jovens e Adultos da EJA III da EMEIF Reitor Antônio Martins Filho. O foco das reflexões deste trabalho centra-se nas análises obtidos através de instrumental de pesquisa qualitativo aplicado com os alunos da referida escola, no turno da noite, sobre uma perspectiva de Paulo Freire realizado em junho de 2005, onde permitiu através destes instrumentos, uma reflexão sobre uma proposta de alfabetização digital que criará espaço para uma inclusão crítico social.

O presente estudo tem como enfoque principal a Educação de Jovens e Adultos (EJA), ou seja, o conjunto de processos de aprendizagens, formais ou não formais, graças aos quais as pessoas, cujo entorno social considera adulto, desenvolvem suas capacidades, enriquecem seus conhecimentos e melhoram suas competências técnicas ou Profissionais ou as reorientam a fim de atender suas próprias necessidades de aprendizagem e as da sociedade.

A educação de adultos compreende a educação formal e permanente, a educação não formal e toda a gama de oportunidades de educação informal e ocasional existentes em uma sociedade educativa e multicultural , na qual se reconhecem os enfoques teóricos baseados na prática.

Este trabalho apresenta uma análise da inclusão digital como facilitador da inserção no mercado de trabalho dos alunos da MEIF Reitor Antonio Martins Filho. A base teórica perpassa os estudos de Freire (1979), Fuck (1994) e Ferreiro (2001), as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e um histórico da EJA.

A monografia está estruturada em tópicos onde o primeiro faz um breve resgate histórico da Educação de Jovens e Adultos, o terceiro tópico aborda os Programas Nacionais de Educação de Jovens e Adultos, o quarto tópico especifica a Inclusão Digital no Brasil e alguns Projetos na área tecnológica.

2. PROBLEMATIZAÇÃO

Como a inclusão digital facilita a inserção no mercado do trabalho os alunos da EJA III da EMEIF Reitor Antonio Martins Filho na sociedade?

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral: Contribuir para a inserção dos alunos da EJA III da EMEIF Reitor Antonio Martins Filho no mundo do trabalho, utilizando as atuais tecnologias digitais.

3.2. Objetivos Específicos:

- > Utilizar os softwares profissionais com alunos da EJA III em cursos básicos;
- > Acessar a internet para proporcionar a formação e subsidiar o conhecimento;
- > Desenvolver habilidades tecnológicas adequadas para inserção no mercado de trabalho.

4 JUSTIFICATIVA

As mudanças sociais estão processando e alternando a nossa vida impondo como prioridade um domínio global do conhecimento. É nessa perspectiva que a prática do uso da informática, a reflexão e a interação com o universo digital são reconhecidamente, as maneiras de desenvolver competências para que os alunos possam assimilar informações e utilizá-las em contextos variados, elevando, assim, seu auto-estima. A inclusão digital é um tema bastante recorrente da nossa atualidade. As necessidades oriundas das atuais exigências sociais, determinadas pelo avanço tecnológico, evidenciam diferentes perfis de excluídos digitais da educação de jovens e adultos da EJA III da EMEIF Reitor Antonio Martins Filho. O foco das reflexões deste trabalho centra-se nas contribuições, através de instrumental qualitativo aplicado com os alunos da referida escola, no turno da noite, sobre uma perspectiva de Paulo Freire realizado de 2008, onde permitiu, através destes instrumentos, uma reflexão sobre uma proposta de alfabetização digital que criará espaço para uma inclusão crítico social.

5 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.

Muitas vezes definimos erroneamente Educação de Jovens e Adultos. Por isso, antes de iniciar nosso estudo, é necessário conhecer um pouco da história dessa modalidade de ensino. Segundo Freire (apud Gadotti, 1979, p. 72) em Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta, os termos Educação de Adultos e Educação não-formal referem-se à mesma área disciplinar, teórica e prática da educação, porém com finalidades distintas.

Esses termos têm sido popularizados principalmente por organizações internacionais - UNESCO - referindo-se a uma área especializada da Educação. No entanto, existe uma diversidade de paradigmas dentro da Educação de Adultos.

A Educação de Adultos tem iniciado, a partir da 2ª Guerra Mundial, a cargo do Estado, muito diferente da Educação não-formal, que está vinculada a organizações não-governamentais. Até a 2ª Guerra Mundial, a Educação Popular era concebida como extensão da Educação formal para todos, sobretudo para os menos privilegiados que habitavam as áreas das zonas urbanas e rurais. Após a I Conferência Internacional de Educação de Adultos, realizada na Dinamarca, em 1949, a Educação de Adultos tomou outro rumo, sendo concebida como uma espécie de Educação Moral. Dessa forma, a escola, não conseguindo superar todos os traumas causados pela guerra, buscou fazer um "paralelo" fora dela, tendo como finalidade principal contribuir para o resgate do respeito aos direitos humanos e para a construção da paz duradoura. A partir da II Conferência Internacional de Educação de Adultos em Montreal, no ano de 1963, a Educação de Adultos passou a ser vista sob dois enfoques distintos: como uma continuação da educação formal, permanente e como uma educação de base ou comunitária.

Após a III Conferência Internacional de Educação de Adultos em Tóquio, no ano de 1972, a Educação de Adultos volta a ser entendida como suplência da Educação Fundamental, reintroduzindo jovens e adultos, principalmente analfabetos, no sistema formal de educação.

IV Conferência Internacional de Educação de Adultos, realizada em Paris, em 1985, caracterizou-se pela pluralidade de conceitos, surgindo o conceito de Educação de Adultos.

Em 1990, com a realização da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizado em Jomtien, na Tailândia, entendeu-se a alfabetização de Jovens e Adultos como a 1ª etapa da Educação Básica, consagrando a idéia de que a alfabetização não pode ser separada da pós-alfabetização.

Com isso, surgem, no final dos anos 50, duas tendências significativas na Educação de Adultos: a Educação de Adultos entendida como uma educação libertadora (conscientizadora) pontificada por Paulo Freire e a Educação de Adultos entendida como educação funcional (profissional). Na década de 70, essas duas correntes continuaram a ser entendidas como Educação não-formal e como suplência da mesma.

Com isso, desenvolve-se no Brasil a tão conhecida corrente: o sistema MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), propondo princípios opostos aos de Paulo Freire que marcou uma ruptura na história pedagógica de seu país e da América Latina.

Através da criação da concepção de educação popular ele consolidou um dos paradigmas mais ricos da pedagogia contemporânea rompendo radicalmente com a educação elitista e comprometendo-se verdadeiramente com homens e mulheres. Num contexto de massificação, de exclusão, de desarticulação da escola com a sociedade, Freire dá sua efetiva contribuição para a formação de uma sociedade democrática ao construir um projeto educacional radicalmente democrático e libertador. Assim sendo, seu pensamento e sua obra é, e continuará sendo, um marco na pedagogia nacional e internacional.

A Lei de Reforma Nº 5.692/71 atribui um capítulo para o ensino supletivo e recomenda aos Estados atender jovens e adultos. A Lei de Reforma Nº 5.692, que dedicou, pela primeira vez na história da educação, um capítulo ao ensino supletivo, foi aprovada em 11 de agosto de 1971 e veio substituir a Lei Nº 4.024/61, reformulando o ensino de 1º e 2º graus.

A última LDB Nº 9.394/96 foi resultado de um amplo processo de debate entre tendências do pensamento educacional brasileiro. Para na concepção foi instituído pelo MEC um grupo de trabalho para definir a política do Ensino Supletivo e propor as bases doutrinárias de Valnir Chagas. O ensino supletivo foi apresentado como um manancial inesgotável de soluções para ajustar, a cada instante, a realidade escolar às mudanças que se operavam em ritmo crescente no país e no mundo.

Segundo Soares (2002), o Parecer Nº 699/72, do conselheiro Valnir Chagas, estabeleceu a doutrina para o ensino supletivo. Os exames supletivos passaram a ser organizados de forma centralizada pelos governos estaduais. Os cursos, por outro lado, passaram a ser organizados e regulamentados pelos respectivos Conselhos de Educação.

O Parecer Nº 699/72 foi elaborado para dar fundamentação ao que seria a doutrina de ensino superior. Nesse sentido, ele viria a "detalhar" os principais aspectos da Lei Nº 5.692, no que tange ao ensino supletivo, facilitando sua compreensão e orientando sua execução.

A estrutura de Ensino Supletivo, após a LDB de 1971, seguiu a orientação expressa na legislação de procurar suprir a escolarização regular daqueles que não tiveram oportunidade anteriormente na idade própria. As formas iniciais de atendimento a essa prerrogativa foram os exames e os cursos. O que até então era a "Madureza" passou ao controle do Estado, foi redefinido e se transformou em Exames Supletivos.

A novidade trazida pelo Parecer Nº 699/72 estava em implantar cursos que dessem outro tratamento ao atendimento da população que se encontrava fora da escola, a partir da utilização de novas metodologias.

A Lei Nº 5692/71 concedeu flexibilidade e autonomia aos Conselhos Estaduais de Educação para normatizarem o tipo de oferta de cursos supletivos nos respectivos Estados. Isso gerou grande heterogeneidade nas modalidades implantadas nas unidades da federação. Para implementar a legislação, a Secretaria Estadual da Educação criou, em 1975, o departamento de Ensino Supletivo (DESU) em reconhecimento à importância crescente que essa modalidade de ensino vinha assumindo.

Importante destacar que, segundo Soares (apud Haddad, 1991, p. 189), durante o período entre 1964 e 1985, foi revelado que o Estado procurava introduzir a utilização de tecnologias como meio de solução para os problemas da Educação.

“Esta idéia de tecnologia a serviço do econômico e do pedagógico perdurou por todo o período estudado. O Estado se propunha a oferecer uma educação de massas, a custos baixos, com perspectiva de democratizar oportunidades educacionais, "elevando" o nível cultural da população, nível este que vinha perdendo qualidade pelo crescimento do nº de pessoas, segundo sua visão. (HADDAD, 1989,p.45).”

A Educação de Adultos, em âmbito histórico, pode ser dividida em três períodos: item 1º - de 1946 a 1958, quando foram realizadas campanhas nacionais de iniciativa oficial para erradicar-se o analfabetismo; item 2º - de 1958 a 1964. Em 1958 foi realizado o 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos, tendo a participação marcante de Paulo Freire. Esse congresso abriu as portas para o problema da alfabetização que desencadeou o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, dirigido por Paulo Freire e extinto pelo Golpe de Estado de 1964. Item 3º - O MOBRAL, que foi concebido como um sistema que visava ao controle da alfabetização da população, principalmente a rural.

Com a redemocratização (1985), a "Nova República" extinguiu o MOBRAL e criou a Fundação Educar. Assim sendo, a Educação de Adultos foi enterrada pela "Nova República". Em 1989, em comemoração ao Ano Internacional da Alfabetização, foi criada, no Brasil, a Comissão Nacional de Alfabetização, coordenada inicialmente por Paulo Freire e depois por José Eustáquio Romão.

Com o fechamento da Fundação Educar, em 1990, o Governo Federal ausenta-se desse cenário educacional, havendo um esvaziamento constatado pela inexistência de um órgão ou setor do Ministério da Educação voltado para esse tipo de modalidade de ensino.

A falta de recursos financeiros, aliada à escassa produção de estudos e pesquisas sobre essa modalidade, tem contribuído para que essa educação se torne uma mera reprodução do ensino para jovens e adultos. Isso explica o histórico distanciamento entre sociedade civil e Estado no que diz respeito aos problemas educacionais brasileiros.

Hoje, afirma Haddad que o Governo encontra-se desarmado teórica e praticamente para enfrentar o problema de oferecer educação de qualidade para todos os brasileiros (HADDAD, 1989.pag.31). Apesar da vigência da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, do Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem, documentos da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, e da nova LDB Nº. 9.394/96, o Governo Brasileiro não vem honrando seus compromissos em relação á tão importante e delicado problema (apud Gadotti, 1995, p. 36),.

Sabemos que a educação é um direito de todos e um dever do Estado.Sabemos que a grande maioria da população, principalmente os menos favorecidos, não tem acesso à educação, até onde podemos levar essa afirmação a sério.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394/96, constam no Título V, Capítulo II, Seção V, dois Artigos relacionados, especificamente, à Educação de Jovens e adultos:

“Art. 37-A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38 - Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. § 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão: I. no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; II. no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos. § 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.”

No Plano Nacional de Educação, temos como um dos objetivos e prioridades: Garantia de ensino fundamental a todos os que não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram. A erradicação do analfabetismo faz parte dessa prioridade, considerando-se a alfabetização de jovens e adultos como ponto de partida e intrínseca desse nível de ensino. A alfabetização dessa população é entendida no sentido amplo de domínio dos instrumentos básico da cultura letrada, das operações matemáticas elementares, da evolução histórica da sociedade humana, da diversidade do espaço físico e político mundial da constituição brasileira. Envolve, ainda, a formação do cidadão responsável e consciente de seus direitos. Apesar de todas essas propostas e segundo Freire (apud Gadotti, 1979, p. 72), a UNESCO nos mostra, através de dados, que o número de analfabetos no mundo tem aumentado e o Brasil engrossa cada vez mais essas estatísticas. Esse fracasso, de acordo com Freire (apud Gadotti, 1979, p. 72), pode ser explicado por vários problemas, tais como: a concepção pedagógica e os problemas metodológicos, entre outros. A Educação de Jovens e Adultos deve ser sempre uma educação multicultural, uma educação que desenvolva o conhecimento e a integração na diversidade cultural, como afirma Gadotti (1979), uma educação para a compreensão mútua, contra a exclusão por motivos de raça, sexo, cultura ou outras formas de discriminação e, para isso, o educador deve conhecer bem o próprio meio do educando, pois somente conhecendo a realidade desses jovens e adultos é que haverá uma educação de qualidade.

Considerando a própria realidade dos educandos, o educador conseguirá promover a motivação necessária à aprendizagem, despertando neles interesses e entusiasmos, abrindo-lhes um maior campo para o atingimento do conhecimento. O jovem e o adulto querem ver a aplicação imediata do que estão aprendendo e, ao mesmo tempo, precisam ser estimulados para resgatarem a sua auto-estima, pois sua "ignorância" lhes trará ansiedade, angústia e "complexo de inferioridade". Esses jovens e adultos são tão capazes como uma criança, exigindo somente mais técnica e metodologia eficientes para esse tipo de modalidade.

6 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Os alunos da EJA são jovens e adultos que, de alguma maneira, foram excluídos do processo de escolarização na infância e matriculam-se em programas de alfabetização buscando sair da condição de cegos para as letras, como por vezes se identificam. Para esses está em jogo a permanência no emprego atual, a conquista de uma melhor remuneração, a independência em relação aos filhos, companheiros e amigos em atividades simples como abrir uma conta bancária, escrever uma carta para família, ler a bíblia, ler uma placa com nome de rua, etc. Há ainda os que dispensam a classe de alfabetização e matriculam-se nos primeiros níveis da educação fundamental.

Esses jovens e adultos, embora não se reconheçam como analfabetos, têm consciência da precariedade de suas habilidades de leitura e de escrita e, portanto, voltam à escola para obter aquilo que acreditam que a ampliação de seus conhecimentos pode lhes proporcionar: ascensão social, possibilidade de melhor colocação no mercado de trabalho, ampliação e conquista de novas habilidades. Não se consideram cegos para as letras mas reconhecem que o aprendizado alcançado anteriormente não lhes garantiu a independência e a inclusão social desejada. Reconhecem que seus níveis de leitura e de escrita os coloca sempre em posição de desvantagem perante aqueles que dominam essas habilidades.

6.1 Analfabetismo

Conceito de analfabetismo tem evoluído rapidamente de forma dinâmica e complexa, nos últimos anos. Daí a questão: como definir analfabetismo no momento atual? É evidente que a definição de 'pessoa analfabeta' deve, nos nossos dias ser profundamente repensada. Ela deve ter cada vez mais em conta, uma concepção ampla da realidade e deve poder incorporar a cultura pessoal do indivíduo, fator essencial no processo de educação. Dentro dessa preocupação, a Conferencia Mundial de Educação para Todos de 1990, teve influencia marcante na definição de 'analfabetismo', alargando seu âmbito para a discussão do que seriam as necessidades (ou competências) básicas de aprendizagem, que incluem não apenas o domínio da escrita, leitura e aritmética, mas também conhecimentos ligados a habilidades para solucionar problemas. Esta definição reforça assim, a referencia a várias modalidades de educação: formal, não-formal e informal, ponderando sobre sua importância relativa. É sabido que as modalidades não formais e informais, que envolvem competências adquiridas em sistemas não formais e experiências pessoais em diversos contextos informais de aprendizagem, podem em muitos contextos sobrepor-se, com sucesso, às modalidades formais de educação (Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário- IBEAC -São Paulo-SP, 11 de dezembro de 2001). Ficou também patente o caráter permanente, da educação de jovens e adultos encarada como uma modalidade do sistema educativo, ou seja, a educação de jovens e adultos não pode ser vista como uma educação compensatória e de retificação, que atende problemas residuais, não merecendo portanto a atenção que lhe é devida no circuito escolar e na distribuição de recursos. O atendimento a pessoas jovens e adultas, inclui também jovens "empurrados" para fora do sistema educativo, ou que não chegaram a ter acesso a ele, ambas as questões significativas para elaboração de programas educativos. A adoção de estratégias pedagógicas e metodologias orientadas para otimização da comunicação, pressupõem nessa linha, a formação e capacitação específica de pessoal docente. Fator importante na década de 90, foi a crescente participação de municípios e ONGs na promoção da educação de jovens e adultos, o que tem dado azo a um volume considerável de inovações nesta área com integração de numerosos temas de atualidade, tais como, - a educação para os direitos humanos, a paz e os valores, a democracia; - a educação para melhorar a qualidade de vida, proteção do meio ambiente e desenvolvimento sustentável; - educação para uso das novas tecnologias de comunicação; para mencionar apenas estas.

Por força dessa crescente participação, persiste a preocupação de melhoria da institucionalidade da educação de jovens e adultos. Esta institucionalidade passa pelo reforço da coordenação entre o governamental e o não-governamental, pela criação de redes de instituições de educação e, sobretudo, pelo desenvolvimento de sistemas de acreditação e homologação de conhecimentos, cada vez mais urgentes. Desde sua criação em 1946, a UNESCO manifestou grande interesse pela educação de jovens e adultos, área que tem, desde então, constituído prioridade absoluta para a Organização. Foi assim que, com o propósito de, por um lado, fazer frente aos desafios com que se confrontam os Governos e Organizações Não Governamentais no âmbito da educação de jovens e adultos e, por outro, de analisar as tendências e preocupações mundiais, a UNESCO criou e tem mantido prêmios mundiais atribuídos por júris internacionais, semelhantes ao Premio NOMA que nos reúne aqui hoje (Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário- IBEAC São Paulo-SP, 11 de dezembro de 2001).

6.2 Perspectiva Freiriana na Educação de Jovens e Adultos.

Paulo Freire sempre defendeu que o educador e educando tem que estar aberto ao novo. Nos primórdios de seu trabalho, utilizava um pequeno e pesado projetor de dispositivos (tecnologia da época) nos círculos de cultura de Angicos. Na gestão como Secretário de Educação em São Paulo (1989-1991), dentre tantas iniciativas voltadas a democratização do saber e da gestão do espaço público, implantou o Projeto Gênese de Informática Educativa, com o propósito de possibilitar às classes menos favorecidas o direito de apropriação da informática como instrumento de cultura, que deve estar a serviço de sua libertação como indivíduo pertencente a classe popular. De acordo com Freire (1987, p. 68): “O educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com educando que ao ser educado também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos.” Num segundo momento, sublinhamos a importância do mediador não só mergulhar no contexto de atuação do aprendiz para compreender a sua problemática e desenvolver as ações de formação (ALMEIDA, 2000), mas também possibilitar que o aprendiz mergulhe, se possível, no contexto do objeto a ser estudado. Também evidenciamos isto nos depoimentos dos pesquisadores: “Conhecemos o contexto desses professores nos seus relatos de experiência como alfabetizadores. No primeiro dia, estávamos separados, mas

no final nos constituímos num grupo, sem separações entre acadêmicos e alfabetizadores – teoria e prática (ALMEIDA, 2000)”.

“E também, dos alfabetizadores: “ Nossos alunos gostam mais de trabalhar com aquilo que é dos seus próprios interesses, que faz parte da realidade deles. Neste ano, por exemplo, eles pediram para trabalhar com tipos de situações que vivenciam no cotidiano. Como se portar numa entrevista. Como se apresentar no emprego,.... O que vestir”

Neste processo de mergulhar no contexto do outro, e possibilitar que o outro estenda também no seu próprio contexto, Freire adverte que em relação à extensão é fundamental estar ciente de que “O conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem, o conhecimento se constitui nas relações homem/mundo, relações de transformações, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações” (FREIRE, 1975, p.36)

A vivência e a contextualização, ou seja, este olhar voltado para aquilo que traz sentido para si e para o outro, internamente e externamente facilitou muito a mediação pedagógica no incentivo à reconstrução das dinâmicas e práticas pedagógicas cada qual dentro do seu cenário.

Assim, neste terceiro momento, destacamos como outro ponto importante da mediação - possibilitar a reconstrução de conhecimentos a partir do que traz significado articulado com a vivência e principalmente com o contexto investigado. Neste caso investigado, observamos que ocorreu uma “*cascata*” de processos (reflexões ações), possibilitando os sujeitos reconstruírem e construir conhecimentos, e também, tornarem mediadores no processo). ALMEIDA. M. E. B. *Tecnologia de informação e comunicação na educação: aprendizagem e produção da escrita*. 2001. PUC-SP São Paulo SP (mimeo).

Freire (1995) afirma que não se deve ser simplista e responsabilizar o avanço tecnológico em si pelo caos vivido pela sociedade contemporânea. Insiste na afirmação de que a questão é política. Minha radical idade me exige absoluta lealdade ao homem e a mulher.

Uma economia capaz de programar-se em função das necessidades humanas, que convive indiferente com a forma de milhões a quem tudo é negado, não merece nem respeito de gente. E não me digam que as coisas são assim, porque não podem ser diferentes. Não podem ser de outra maneira, porque, se o fossem, feririam os interesses dos poderosos: este não pode ser o determinante da classe econômica. Não posso tornar-me fatalista para satisfazer os interesses dos poderosos; nem inventar uma explicação científica para encobrir uma mentira (Freire, 1995:42).

Estamos diante de uma questão política e ética, na qual a reflexão sobre a tecnologia e seu progresso acelerado deve-se localizar a partir de um contexto mais abrangente do que o “progresso” e da manutenção de uma certa “ordem econômica”.

Todo pensamento de Paulo Freire é marcado por sua preocupação com a formação de uma consciência crítica dos educandos. A superação da consciência ingênua para uma consciência crítica implicaria uma questão: a que e a quem serve o computador?

Segundo Freire, os temas geradores têm o desafio de gerar situações-limites incentivando o homem a romper suas fronteiras e agir. As ações tornam-se atos-limites visando superar os desafios. No momento em que estes as percebem não mais como uma fronteira entre o ser e o nada, mas como uma fronteira entre o ser e o mais ser” se fazem mais críticos na sua ação, ligados àquela percepção. Percepção em que está implícito o inédito viável como algo definido, a cuja concretização se dirigirá sua ação. (FREIRE, 1987, p. 94).

6.3 Programas Nacionais em Educação de Jovens e Adultos.

As mudanças ocorridas no mercado de trabalho, no entanto, vêm exigindo mais conhecimentos e habilidades das pessoas, assim como atestados de maior escolarização, obrigando-as a voltar à escola básica, como jovem, ou já depois de adultas, para aprender um pouco mais ou para conseguir um diploma.

Essa realidade tem sido responsável pela criação de diversos projetos voltados para a alfabetização e educação de jovens e adultos. A educação de adultos é uma necessidade tanto na comunidade como nos locais de trabalho. À medida que a sociedade se desenvolve novas possibilidades de crescimento profissional surgem, mas, por outro lado, exigem maior qualificação e constante atualização de conhecimentos e habilidades.

6.3.1 Alfabetização Solidária

A Alfabetização Solidária atua com base no ranking de analfabetismo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde o Nordeste e o Norte obtém os piores resultados. Segundo dados do censo de 2000 do IBGE, existem no Brasil cerca de 16,3 milhões de jovens e adultos analfabetos, com idade igual ou superior a 15 anos – o que representa 13,6% dos brasileiros nessa faixa etária ou 10% da população total. Ainda, mais da metade dos analfabetos do País, com idade acima de 15 anos, residem no Nordeste (8,3 milhões) e no Norte (1,3 milhões). Nos grandes centros urbanos, apesar de baixos índices de analfabetismo, é significativo o número absoluto de pessoas que não tiveram acesso à educação. Criado em janeiro de 1997, com o apoio do governo de Fernando Henrique Cardoso, o programa Alfabetização Solidária (Alfasol) é uma das ações desenvolvidas pelo Conselho do Programa Comunidade Solidária, uma organização não-governamental, sem fins lucrativos e de utilidade pública. O programa tem como Objetivo reduzir os altos índices nacionais de analfabetismo (13,6% na faixa de 15 anos ou mais em 2000, IBGE) e aumentar a oferta pública de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. A Alfabetização Solidária desenvolve duas grandes frentes de ação. Está presente em 2.066 municípios brasileiros, atuando prioritariamente em áreas pobres, que possuem os maiores índices de analfabetismo definidos no ranking do censo do IBGE. Outra iniciativa paralela é o Projeto Grandes Centros Urbanos, lançado em julho de 1999, com o objetivo de atender alunos das regiões metropolitanas. O trabalho começou em São Paulo e Rio de Janeiro, mais foi ampliado para os bolsões de analfabetismo do Distrito Federal, Fortaleza, Belo Horizonte, São Luís e Goiânia. Nessas regiões metropolitanas, pessoas físicas financiam o trabalho de alfabetização, participando da campanha “Adote um Aluno”.

A Alfasol atua em parceria com empresas privadas, Instituições de Ensino Superior de todo o país, prefeituras, organizações e pessoas físicas. As pessoas físicas financiam a alfabetização de um ou mais alunos nos grandes centros urbanos enquanto as empresas, instituições e organizações financiam a alfabetização de no mínimo 250 alunos em um ou mais municípios com os mais altos índices de analfabetismo.

As instituições de Ensino Superior são responsáveis pelo desenvolvimento do projeto pedagógico e, entre outras atividades, pelos cursos de aperfeiçoamento dos alfabetizadores. As prefeituras oferecem os locais para implantação das salas de aula. A duração do curso é de seis meses, sendo um mês para a capacitação de alfabetizadores, e os outros cinco para as aulas de alfabetização. Nos grandes centros, as salas de aula são

formadas por turmas de 30 alunos; nos municípios do Norte e Nordeste, de 25 alunos. Elas são organizadas pelas universidades, em articulação com as ONGs e associações comunitárias nos grandes centros e, no Norte e Nordeste, em articulação com as prefeituras. O custo por aluno é de R\$ 21/mês. Esse valor é dividido entre os parceiros e é aplicado em material didático, pedagógico e formação de bibliotecas, bem como serve para o pagamento da bolsa do alfabetizador. (IPECE/ Nota Técnica Nº 2212-2002). O propósito principal do projeto é a erradicação do analfabetismo entre a população de 15 e 19 anos de idade, dando prioridade aos municípios com taxas mais altas de analfabetismo e aos centros mais populosos no Brasil, através da parceria entre o setor público e o privado. O projeto pretende: (i) desenvolvimento e consolidação da consciência de cidadania, recuperando e integrando a grande parte da população excluída da sociedade instruída; (ii) fomentar parcerias com universidades e municípios no processo de avaliação de Projeto; (iii) planejar, supervisionar e disseminar as atividades do projeto implementado com as universidades, municípios e empresas privadas; (iv) co-associar e integrar, tanto quanto possível, iniciativas e ações para a inclusão e continuidade dos estudos desses estudantes recém instruídos, no âmbito da educação básica regular para jovens e adultos, o chamado supletivo.

A Alfabetização Solidária (Alfasol) ampliou sua atuação reestruturando os projetos já desenvolvidos em novos programas para atender a crescente demanda por ações complementares ao trabalho de alfabetização. Estes programas contam com o apoio da rede de parceiros da organização (instituições de ensino superior, empresas, governos - municipais, estaduais e federal) e de pessoas físicas. O processo desencadeado por eles prevê o envolvimento de agentes sociais locais, visando a sustentabilidade e a ampliação das ações.

Cinco dimensões da atuação da Alfabetização Solidária são determinantes para garantir o direito de todos à educação: a atuação local, a capacitação de alfabetizadores locais, a parceria com Instituições de Ensino Superior, a mobilização em torno do direito de jovens e adultos terem acesso à educação continuada e a avaliação do trabalho desenvolvido.

A Alfabetização Solidária obteve resultados significativos, no que se refere à melhoria dos indicadores das comunidades atendidas. Tanto o IBGE quanto o INEP reconhecem o trabalho da entidade na diminuição da taxa de analfabetismo no Brasil (11,05% em 2005). Entre 2000 e 2004, o índice de ofertas de Educação de Jovens e Adultos saltou para 239% nos municípios atendidos pelo Alfasol, contra um crescimento de 120% nas cidades em que a organização não está presente. Entre as instituições internacionais, a Unesco premiou o programa com o Prêmio Rei Sejong de Alfabetização, que recompensa as melhores ações no mundo pela diminuição do analfabetismo. O Alfasol destaca-se por atuar em populações urbanas e rurais, nas áreas mais pobres e isoladas do Brasil, estimulando a participação das mulheres. IPECE/ Nota Técnica nº 2213 .(IPECE, 2006.)

6.3.2 Brasil Alfabetizado

Criado em 2003, pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o programa Brasil Alfabetizado tem por objetivo capacitar alfabetizadores e alfabetizar cidadãos com 15 anos ou mais que não tiveram oportunidade ou foram excluídos da escola antes de aprender a ler e escrever. Ainda pretendia acabar com o analfabetismo no país até o final de 2006. O cronograma expunha a pretensão de alfabetizar 3 milhões de pessoas em 2003, 6 milhões em 2004, 6 milhões em 2005 e 5 milhões em 2006, atendendo 20 milhões de jovens e adultos. Entretanto, o programa, gastando um total de R\$ 330 milhões entre 2003 e 2005, alfabetizou 3,4 milhões de adultos.

O programa é executado pelo Ministério da Educação por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad). Atuando da seguinte forma: a Secad coordena, fiscaliza e avalia as ações de combate ao analfabetismo e o FNDE transfere os recursos financeiros aos estados, municípios, empresas privadas, universidades, organizações não governamentais e instituições civis parceiros nesse processo.

O programa enfatiza: a qualidade e o maior aproveitamento dos recursos públicos investidos na educação de jovens e adultos; a ampliação do período de

alfabetização de seis para até oito meses; o aumento de 50% nos recursos para a formação dos alfabetizadores; o estabelecimento de um piso para o valor da bolsa paga ao alfabetizador, aumentando a quantidade de turmas em regiões com baixa densidade populacional e em comunidades populares de periferias urbanas; a implantação de um sistema integrado de monitoramento e avaliação do programa; a maior oportunidade de continuidade da escolarização de jovens e adultos, a partir do aumento de 42% para 68% do percentual dos recursos alocados para estados e municípios. (IPECE/ Nota Técnica N° 2214, 2005.). Os recursos financeiros são transferidos automaticamente em até cinco parcelas para estados, Distrito Federal e municípios, e em duas parcelas para entidades privadas sem fins lucrativos e instituições federais, estaduais, municipais e privadas sem fins lucrativos de ensino superior (IES). Para a ação formação de alfabetizadores, são repassados R\$ 40,00 por alfabetizador, acrescidos de R\$ 10,00 por alfabetizador/mês, sendo limitado o valor total de R\$ 120,00, relativo às formações inicial e continuada. Os recursos podem ser aplicados na remuneração do instrutor, hospedagem, alimentação, transporte e aquisição de material de consumo. Para a ação alfabetização de jovens e adultos, é repassado, a título de bolsa, aos alfabetizadores, para custeio de despesas na realização de suas atividades, o valor fixo de R\$120,00 por mês, acrescido do valor variável de R\$ 7,00 por mês por alfabetizando em sala, com o limite máximo de 25 alfabetizados, o que representa um teto de R\$ 2.360,00 por turma, correspondente a oito meses de curso. Para os alfabetizadores de turmas que incluem portadores de necessidades especiais, população carcerária e jovens em cumprimento de medidas sócio educativas, o valor da bolsa é de R\$ 150,00, perfazendo um valor total de R\$ 2,6 mil, correspondente a oito meses de curso. Em 2004, o programa Brasil Alfabetizado investiu R\$ 168 milhões para atender cerca de três mil municípios brasileiros. O programa firmou parceria com 23 governos estaduais, sendo no Amazonas por meio das universidades estaduais e, no Espírito Santo, da universidade federal. Cerca de 380 municípios também participaram do programa, em parceria direta com o governo federal. Em 2005, só por meio de repasse direto, o Ministério da Educação atendeu mais de 1,1 milhões de pessoas. Outros 713 mil alunos foram atendidos por intermédio de convênios assinados com organizações não-governamentais. investimento no programa foi de R\$ 186,6 milhões. Ainda, de 2003, quando foi iniciado, até meados de 2007, o Brasil Alfabetizado pretende gastar \$755 milhões, com 7,4 milhões de participantes. www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/notas_tecnicas/NT)

6.3.3. O Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos, Integrada com Qualificação Social e Profissional para Agricultores (as) Familiares.

O presente programa atende prioritariamente a jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, agricultores/as familiares, por meio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos em curso de Ensino Fundamental considerando a demanda existente no município. A organização do trabalho pedagógico na modalidade Educação de Jovens e Adultos deverá integrar conhecimentos da educação geral com formação inicial e continuada por meio de metodologias adequadas aos tempos e espaços da realidade das populações que este programa deseja atender ou seja, – os/as agricultores/as familiares.

6.3.4. O Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA NO CEFET.

O Decreto n.º 5.478 de 24 de junho de 2005 diz que o PROEJA abrangerá cursos e programas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Art. 4º Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no âmbito do PROEJA, deverão contar com carga horária máxima de duas mil e quatrocentos horas, assegurando-se cumulativamente. I – a destinação de, no mínimo, mil e duzentas horas para a formação geral. II - a carga horária mínima estabelecida para a respectiva habilitação profissional técnica; e III – a observância às diretrizes curriculares nacionais e demais atos normativos emanados do Conselho Nacional de Educação para a educação profissional técnica de nível médio e para a educação de jovens e adultos. Parágrafo único. As áreas profissionais escolhidas para a estruturação dos cursos serão, preferencialmente, as que maior sintonia guardarem com as demandas de nível local e regional, contribuindo para o fortalecimento das estratégias de desenvolvimento sócio-econômico.

Art. 6º O aluno que concluir com aproveitamento curso de educação profissional técnica de nível médio no âmbito do PROEJA fará jus à obtenção de diploma com validade nacional, tanto para fins de habilitação na respectiva área, quanto para certificação de conclusão do ensino médio, possibilitando o prosseguimento de estudos em nível superior.

O Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos- **PROEJA** oferecido pelo CEFET se enquadra dentro dos pressupostos do Decreto n.º 5.478 de 24 de junho de 2005. Esta modalidade de ensino é destinada aos egressos do ensino fundamental.

6.3.5 A Hegemonia das Políticas Compensatórias: os programas Escola de Fábrica e PROJOVEM

Entre as distorções que a política de educação profissional do atual governo pretendia corrigir estava, além da revogação do Decreto n. 2.208/97, o redirecionamento dos recursos do PROEP para os segmentos públicos. De fato, no início do ano de 2004, o MEC anunciou a reativação de projetos anteriormente apresentados, iniciada pela destinação de R\$ 8 milhões a mais para o segmento estadual do que para o comunitário. Não obstante, é nesse mesmo período que se vê divulgada a política da parceria público-privado do governo federal, com ressonância na política de educação profissional.

Anuncia-se então um novo programa de educação profissional usando o modelo de parceria público-privado. Esse projeto envolveria a União, o "Terceiro Setor" (Montaño, 2002) e a iniciativa privada na oferta de formação técnica de jovens em cursos de qualificação profissional.

A idéia é baseada no projeto Formare, da Fundação Iochpe, iniciado com recursos do PROEP, e se apóia nas parcerias firmadas com empresas e indústrias de todo o país para que elas façam a qualificação profissional de jovens. Esse programa, implementado a partir de 2005, foi designado como "Escola de Fábrica".

O Programa Escola de Fábrica (Brasil, 2005a) objetiva dar a formação profissional inicial a jovens entre 16 e 24 anos, matriculados na educação básica (ensino fundamental, médio, educação de jovens e adultos, Brasil Alfabetizado), cujas famílias tenham renda *per capita* de até um salário mínimo. O investimento de R\$ 25 milhões é oriundo do PROEP e está voltado para a criação de 560 escolas em 2005, organizadas por unidades gestoras, como ONGS, instituições públicas e outras. Essas organizações implantam unidades de ensino nas empresas, elaboram o programa curricular, fornecem a orientação técnico-pedagógica e certificam os alunos. A certificação pode ficar também a encargo dos CEFETs. As empresas são responsáveis por infra-estrutura física, funcionários e técnicos que atuam como instrutores, além dos custos da implantação das unidades formadoras. Asseguram também alimentação, uniforme e transporte aos alunos. O MEC financia a bolsa aos alunos, no valor de R\$ 150,00. As unidades formadoras têm capacidade para 20 alunos por ano, mantendo cursos com duração mínima de 600 horas.

O Programa Escola de Fábrica é definido como um programa de inclusão social, voltado para beneficiar estudantes excluídos do mercado de trabalho, e que pretende estimular empresas privadas a praticarem a responsabilidade social. Paralelamente a essa política tem-se, ainda, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM (Brasil, 2005), implantado pela Secretaria-Geral da Presidência da República em parceria com o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Seus destinatários são jovens de 18 a 24 anos, que terminaram a quarta série, mas não concluíram a oitava série do ensino fundamental e não têm vínculos formais de trabalho.

A finalidade do PROJOVEM é proporcionar formação ao jovem, por meio de uma associação entre a elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental, a qualificação com certificação de formação inicial e o desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público. Argumenta-se que o Programa pretende contribuir especificamente para a re-inserção do jovem na escola; a identificação de oportunidades de trabalho e capacitação dos jovens para o mundo do trabalho; a identificação, elaboração de planos e o desenvolvimento de experiências de ações comunitárias; a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação. Um projeto político-pedagógico com diretrizes e orientações proporciona aos jovens um curso de 5 horas diárias, por um período de 12 meses, totalizando 1.600 horas. Aos alunos matriculados é concedida uma bolsa no valor de R\$ 100,00.

Sendo ambos os programas dirigidos aos desempregados ou aos alunos de escolas públicas, com vistas à inserção profissional, o que os caracteriza é a falta de integração com outras políticas como a de inserção profissional e de melhoria da renda das famílias. Destacamos que políticas de inserção profissional não abrangem somente a preparação profissional. Outras duas dimensões são imprescindíveis, conforme descrevem Laflamme & Baby (1993). Segundo esses autores, a preparação profissional remete aos conhecimentos transmitidos aos jovens nos órgãos de formação - legitimados por um diploma ou certificado - com vistas a habilitá-los a conseguir um lugar no mercado de trabalho. Essa etapa seria cumprida pela educação básica e profissional. A transição profissional, por sua vez, seria caracterizada pela procura de emprego e por um conjunto de mecanismos associados que se situam na interface da escola e do trabalho (centros de emprego, programas de auxílio ao emprego, entre outros).

Em seguida, vem a fase da integração profissional propriamente dita, que pode ocorrer na forma de uma relativa estabilidade, de marginalização e/ou de convivência com o trabalho precário. A natureza, a importância e o grau de coincidência dessas três dimensões dependeriam de aspectos macros sociais e macroeconômicos e de outros aspectos, tais como as políticas de emprego e de transição escola-empresa.

Cabe, ainda, nomear uma questão de fundo que tem sido recorrentemente apontada nos documentos de avaliação dos programas, pois se trata de um pressuposto à sua formulação, devendo, portanto, envolver amplo debate social. A questão é: deve-se retardar a entrada dos adolescentes e jovens no mercado de trabalho - e com isso dar prioridade à sua sociabilidade, educação e formação profissional, reservando ainda os escassos empregos para os adultos - ou facilitar a inserção profissional de adolescentes de baixa renda a partir dos 16 anos, propiciando-lhes condições de gerar renda para suas famílias e para sua permanência na escola.

Embora definamos como prioridade política a primeira - a elevação da escolaridade e o combate ao trabalho precoce, é preciso, ao mesmo tempo, providenciar para que as várias situações relacionadas às condições de trabalho e de formação sejam consideradas nas formulações de políticas públicas.

Na delimitação do universo de jovens, pode-se encontrar diferentes particularidades. Ainda que o maior número de jovens filhos de trabalhadores resida em bairros populares ou em favelas das médias e grandes cidades do Brasil, deve-se reconhecer que uma outra quantidade trabalha com a família em minifúndios ou como arrendatários ou assalariados do campo. Outros, ainda, vivem em acampamentos e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (FRIGOTTO, 2004, p. 181).

Todos esses jovens, mesmo com suas especificidades, tendem a sofrer um processo de amadurecimento precoce, inserindo-se no mercado formal ou "informal" de trabalho. Essa necessidade leva à imprescindibilidade de políticas públicas que enfrentem o plano conjuntural e emergencial, atentando para a particularidade e a diversidade dos grupos de jovens inseridos precocemente no mundo do trabalho. Ao mesmo tempo, entretanto, as políticas devem encaminhar mudanças ou reformas estruturais no sentido da superação da desigualdade social e da universalização efetiva da educação básica (fundamental e médio). (Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta & Marise Ramos.out.2005)

Concordamos (Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta & Marise Ramos, OUT.2005) com Márcio Pochmann quando este indica a necessidade de políticas distributivas e emancipatórias. No primeiro caso, o preceito fundamental é a garantia, pelo Estado, de uma renda mínima que leve o jovem a retornar à escola, tendo, para isso, uma fonte de renda que compense o que ganharia trabalhando de forma precária. Associado a isso, na perspectiva emancipatória, está o resgate do papel da educação e da formação, postergando-se o ingresso dos jovens no mercado de trabalho e permitindo colocar à disposição de todas as condições isonômicas de competição pelos postos de trabalho existentes e vagas de geração de trabalho e renda (Pochmann, 2004, p. 226).

Ambos os programas, com diferenças na sua finalidade e organização, resgatam um preceito que pretendíamos ter superado desde a revogação da Lei n. 5.692/71, qual seja, tomar a qualificação profissional como política compensatória à ausência do direito de uma educação básica sólida e de qualidade. Esta deve ser garantida em qualquer idade, integrada à possibilidade de habilitação profissional mediante a qual se constituam identidades necessárias ao enfrentamento das relações de trabalho excludentes.

7 EJA E INCLUSÃO DIGITAL

No caso específico da Escola de Fábrica, ao depender da parceria empresarial para sua realização, além do uso do fundo público pelas organizações privadas, tende a predominar o viés assistencialista. No fundo, essa política retoma o fundamento que esteve na origem da educação profissional no início do século passado: formar *mão-de-obra* necessária ao desenvolvimento econômico e educar psicofisicamente os jovens trabalhadores para a divisão social do trabalho.

Durante o período da industrialização, a educação de jovens e adultos foi reduzida a uma orientação instrumental e profissionalizante em um terreno produtivo e compensatório na cultura e na educação, ou seja, o processo de escolarização da educação de pessoas adultas, mais que um meio educativo para o desenvolvimento intrínseco do indivíduo e suas perfeitibilidades, funcionou no modelo compensatório, como um meio instrucional extrínseco, pensado para instruir mais do que educar, reparar mais do que para construir, como afirma Ayuste (1994).

Nesta perspectiva compensatória, a educação assume uma conotação pejorativa já que tende a desqualificar as pessoas por seu nível de instrução e não leva em conta que a necessidade educativa das pessoas é uma necessidade permanente, vinculada às mudanças constantes que se produzem na sociedade, como nos aponta Flecha (1994).

O modelo compensatório da educação de pessoas adultas se apóia em uma estrutura comunicativa hierárquica, em que não se distribui por igual as possibilidades de participar entre as diferentes pessoas implicadas em um mesmo processo. Este quadro de marginalização é agravado na atual configuração social, denominada Sociedade da Informação, caracterizada pela seleção e tratamento da informação, sendo a educação vista como fator de crescimento da economia e da democratização da sociedade com mais intensidade.

Esta nova configuração social, também denominada de Sociedade pós-industrial, iniciou seu processo de consolidação na década de 1970, após a crise no modelo econômico denominado de industrial ou capitalista. Diante da crise configurada e o sistema prestes a ruir, na década de 1970, Daniel Bell (s/d apud Flecha, Gómez & Puigvert, 2001) aponta a configuração de um novo modelo social agora não mais pautado nos meios de produção e sim na seleção e manuseio da informação, ou seja, uma Sociedade da Informação, sendo a seleção e o manuseio das informações feitas através da reflexão humana, ajudadas por tecnologias que surgem da comunicação entre pessoas.

Mas infelizmente de modo geral, não é assim que a Sociedade da Informação tem se consolidado, muito pelo contrário, ainda tem sido marcada por desigualdades, marginalizações e exclusões, ainda mais agravadas nos países em desenvolvimento, como foi dito anteriormente. Pensando em um contexto de América Latina, que de modo geral, tem uma história marcada de multiplicidades e contrapontos, nota-se que cada país possui sua singularidade, e mesmo nesta fundamental singularidade, para Ianni (1993) é necessário se criar uma identidade latino-americana e é nesta busca conjunta por igualdade que iremos nos fortalecer enquanto grupo latino-americano, preservando cada um sua identidade.

Assim, a educação de jovens e adultos aliada à inclusão digital em suas práticas sociais, além de serem ricos processos educativos, formam uma alternativa para superação das exclusões na Sociedade da Informação, pois como afirma Freire (1995):

“Acho que o uso de computadores no processo de ensino-aprendizagem, em lugar de reduzir, pode expandir a capacidade crítica e criativa de nossos meninos e meninas. Depende de quem usa a favor de quê e de quem e para quê (...) Estamos preparando o terceiro milênio, que vai exigir uma distância menor entre o saber dos ricos e o saber dos pobres... (p. 98)”

Ao fazer esta afirmação Freire (ibid) nos mostra a relevância do uso de novas tecnologias na educação, tendo como caminho o processo de humanização, ou seja, Freire (2005) diz que as novas tecnologias devem ser utilizadas enquanto escravas no processo de humanização dos homens e não enquanto senhoras.

Assim, mostra-se uma opção relevante aliar uma concepção dialógica de educação de pessoas adultas ao uso do computador, sendo este um mais um instrumento de humanização e de alfabetização, em um processo concomitante.

Diante de todo o exposto, devemos continuar trabalhando na utopia, encharcados de esperança, que como afirma Freire (1992) precisa de prática e práxis para que se torne concretude histórica, pois esperança não significa espera.

Portanto, no atual contexto da sociedade da informação não basta à educação buscar apenas uma alfabetização letrada, mas também uma alfabetização digital, que unidas possam superar exclusões e democratizar conhecimento, com a garantia do direito de exercitar a diferença de pensamento e expressão, no que Xavante (2002) chama de exercício do ser dos marginalizados, no direito de ser, sendo sim gente feliz.

7.1. Projetos e Programas de Inclusão Digital no Brasil

A partir de cenas distantes mais de um século, que descrevem aspectos educacionais e tecnológicos, o artigo (Liinc em Revista Vol. 2, N° 1 (2006) analisa as políticas públicas brasileiras em educação relacionando-as com as políticas de cultura, telecomunicações e ciência e tecnologia. As profundas transformações trazidas pelas tecnologias da informação e comunicação trazem para a educação desafios muito grandes, especialmente com a internet, ao contribuírem com as profundas modificações na forma de ser e de pensar da humanidade. Destaca-se a implementação da política de adoção de software livre no Governo Federal, do incentivo da cultura digital e da discussão sobre o sistema brasileiro de TV Digital sendo que, no entanto, pouco se faz no campo da formação de professores. A lógica linear de currículo não dá conta desses desafios e propõe-se uma outra concepção de currículo inserido na lógica hipertextual. (Liinc em Revista > Vol. 2, N° 1 (2006)).

Existem já programas e projetos de inclusão digital dentre eles destaca-se:

Casa Brasil - Ministério da Ciência e Tecnologia, Instituto Nacional de TI, Ministério do Planejamento, Ministério das Comunicações, Ministério da Cultura, Ministério da Educação, Secom, Petrobras, Eletrobrás/Eletronorte, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal - Implantação de espaços multifuncionais de conhecimento e cidadania em comunidades de baixo IDH, por meio de parcerias com instituições locais. Cada unidade de Casa Brasil abrigará um tele centro, com uso de software livre, e pelo menos mais dois outros módulos, que podem ser uma biblioteca popular, um auditório, um estúdio multimídia, uma oficina de produção de rádio, um laboratório de popularização da ciência ou uma oficina de manutenção de equipamentos de informática, e um espaço para atividades comunitárias, além de um módulo de inclusão bancária nas localidades onde for possível. Atualmente são 44 unidades em funcionamento, atendendo em média 50 mil pessoas. Mais 89 unidades, selecionadas por meio de edital, estão em fase de implantação nas maiores cidades das cinco macro-regiões.

Centros Vocacionais Tecnológicos: Ministério da Ciência e Tecnologia- Ministério da Ciência e Tecnologia - Os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) são unidades de ensino e de profissionalização, voltados para a difusão do acesso ao conhecimento científico e tecnológico, conhecimentos práticos na área de serviços técnicos, além da transferência de conhecimentos tecnológicos na área de processo produtivo.

Os CVTs estão direcionados para a capacitação tecnológica da população, como uma unidade de formação profissional básica, de experimentação científica, de investigação da realidade e prestação de serviços especializados, levando-se em conta a vocação da região onde se insere, promovendo a melhoria dos processos. Até o momento o Ministério da Ciência e Tecnologia apoiou a criação de 153 CVTs, instalados em todo o Brasil desde 2003.

Computador para Todos: Presidência da República, Ministério do Desenvolvimento, Ministério da Ciência e Tecnologia e Serpro - Voltado para a classe C, permite à indústria e ao varejo a oferta de computador e acesso à Internet a preços subsidiados, e com linha de financiamento específica, além da isenção de impostos PIS/COFINS. PCs de até R\$ 1.400 que obedeçam à configuração mínima podem ser parcelados em até 24 prestações de R\$ 70. O equipamento deve utilizar obrigatoriamente software livre e contar com um processador de 1,5 GHz, disco rígido de 40 GB, memória RAM de 128 MB, monitor de 15 polegadas, unidade de disco flexível, unidade de CD-ROM, modem de 56 K, placas de vídeo, áudio e rede on-board, mouse, teclado e porta USB e 26 programas. Também há isenção de PIS/Confins para PCs de até R\$ 2.500. Desde o lançamento do programa, 380 mil máquinas foram comercializadas dentro das regras do projeto.

Gesac - Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão: Ministério das Comunicações - O Gesac garante conexão via satélite à Internet a escolas, tele centros, ONGs, comunidades distantes e bases militares fronteiriças, além de oferecer serviços como conta de e-mail, hospedagem de páginas e capacitação de agentes multiplicadores locais, contando hoje com 3.300 pontos de presença. É parceiro de diversos programas de inclusão digital do Governo.

Maré - Tele centros da Pesca: Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca/Presidência da República - Implantação de tele centros em comunidades de pescadores, fornecendo equipamentos, conexão via Gesac, formação e manutenção de agentes locais para monitoria e uso de software livre. Há cinco unidades em funcionamento e outras 15 em implantação.

Pontos de Cultura - Cultura Digital Ministério da Cultura - O Programa Cultura Viva tem como objetivo apoiar iniciativas culturais locais/populares, chamados de Pontos de Cultura, por meio de repasse financeiro de até R\$ 185.000,00. Por meio da ação Cultura Digital, permite a implantação de equipamentos e formação de agentes locais para produção e intercâmbio de vídeo, áudio, fotografia e multimídia digital com uso de software livre, e conexão via satélite à Internet pelo programa GESAC. Até junho de 2006, 485 Pontos de Cultura foram conveniados pelo Programa, e mais 80 foram selecionados por meio de editais e aguardam convênio.

Programa Estação Digital : Fundação Banco do Brasil - Sempre com o apoio de um parceiro local, a iniciativa busca aproximar o computador da vida de estudantes, donas-de-casa e trabalhadores, economizando tempo e dinheiro, criando novas perspectivas e melhorando a qualidade de vida da população. Desde 2004 foram instaladas 166 unidades pelo Brasil. Cerca de 90% está localizada nos Estados do Nordeste e do Centro-Oeste, com a capacidade de atender de 500 a 1.000 pessoas por mês, e integradas a arranjos produtivos locais.

ProInfo - Programa Nacional de Informática na Educação Ministério da educação - Apoio à introdução das tecnologias de informação e comunicação nas escolas públicas de ensino médio e fundamental em parceria com os governos estaduais e municipais. O programa funciona de forma descentralizada. Sua coordenação é de responsabilidade da administração federal e a operacionalização conduzida pelos Estados e municípios.

Projeto Computadores para Inclusão: Ministério do Planejamento, MEC e MTE - Implantação de um sistema nacional de acondicionamento de computadores usados, doados pelas iniciativas pública e privada, acondicionados por jovens de baixa renda em formação profissionalizante, e distribuídos a tele centros, escolas e bibliotecas de todo o território nacional. O primeiro Centro de Acondicionamento de Computadores – CRC funciona em caráter piloto em Porto Alegre, e outros dois estão em implantação em Brasília (DF) e Guarulhos (SP).

Quiosque do Cidadão Ministério da Integração Nacional - Começou a implantação experimental do projeto de inclusão digital denominado Quiosque do Cidadão em comunidades carentes da RIDE - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, no início do governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, onde foram doados pela Secretaria da Receita Federal por solicitação do senhor ministro Ciro Gomes, 148 computadores para atender o projeto. Estes equipamentos foram destinados a equipar bibliotecas públicas municipais desta região, com computadores proporcionando a redução das desigualdades sociais através da inclusão digital. O projeto Quiosque do Cidadão já atende diversos municípios dos estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Estes municípios atendidos são considerados estratégicos por ter um baixo índice de desenvolvimento humano (IDH).

Serpro Cidadão : Serpro - O Programa de inclusão Digital do Serpro abrange ações diversificadas e se transforma em referência para outras instituições nacionais. Como maior provedor de soluções de TIC para a administração pública federal, a Empresa vem investindo em iniciativas voltadas à inclusão digital das comunidades de baixa renda das diversas regiões do país.

O Serpro Promove a Inclusão Digital por meio da convergência nacional de ações com o Governo Federal e demais instituições públicas e privadas, viabilizando o uso e a apropriação das novas tecnologias pela sociedade, propiciando o atendimento das necessidades das comunidades, a formulação de políticas públicas, a criação de conhecimentos, a elaboração de conteúdos apropriados e o fortalecimento das capacidades das pessoas e das redes comunitárias. Dentre os modelos que promovem a Inclusão Digital, o SERPRO definiu quatro ações importantes: Tele centros Comunitários, SERPRO Cidadão (Disponibiliza acesso a internet a comunidade vizinha das regionais do Serpro), Oficina de Construção do Futuro (Parceria com MEC), Escola Aberta (Parceria com o MEC).

Tele centros Banco do Brasil — Banco do Brasil - O Programa de Inclusão Digital do Banco do Brasil é uma ação que se alinha com a política de responsabilidade socioambiental da empresa e começou com o processo de modernização de seu parque tecnológico, com a doação dos equipamentos substituídos para comunidades carentes, visando a implantação de Tele centros Comunitários. No entanto, o Programa não se restringe à doação dos micros, pois o Banco também cuida do treinamento dos monitores e da articulação de parceiras, fomentando o desenvolvimento local. O BB já implantou mais de 1600 tele centros e salas de informática em todo o país, totalizando cerca de 17 mil computadores doados e atendendo a mais de 4 milhões de usuários por ano. Os tele centros disponibilizam o acesso às novas tecnologias digitais, treinamentos em informática, cursos à distância, serviços do Governo Eletrônico, digitalização e Impressão de documentos, além de incentivar a pesquisa para preparação de trabalhos escolares. As entidades contempladas se responsabilizam pela gestão e administração dos espaços.

TIN - Tele centros de Informação e Negócios Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - Apoio à implantação de tele centros e salas de informática em associações empresariais, prefeituras, entidades sem fins lucrativos e instituições do terceiro setor, entre outras. Articula doação de equipamentos, apóia sua implantação junto aos projetos cadastrados, e disponibiliza conteúdos voltados a estes públicos por meio de portal na web. As instituições contempladas devem viabilizar a implantação dos equipamentos, bem como a gestão e administração dos espaços por meios próprios. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome estabeleceu parceria para que estes tele centros apóiem famílias beneficiárias ou público-alvo dos programas sociais. A rede possui unidades instaladas em todos os 27 Estados brasileiros e é formada por 1.616 unidades atualmente.

7.2. Uma Experiência na Alfabetização de Jovens e Adultos- SESI – Serviço Social da Indústria- Inclusão Digital.

No Serviço Social da Indústria – SESI -Projeto de Educação do Trabalhador, existe uma parceria com empresas colaboradoras, o objetivo dessa parceria caracteriza-se pela implementação e o desenvolvimento de um projeto de inclusão digital para os alunos trabalhadores nas empresas, além disso as autoridades educacionais reconhecem que a escola está repleta de jovens que anseiam trabalhar , que precisam estudar para dominar habilidades que lhes permitam assimilar e utilizar produtivamente recursos tecnológicos novos em acelerada transformação , por isso dá-se hoje cada vez mais atenção a contextualização e inter-relação dos conteúdos.

A formação de uma consciência crítica sobre a utilização do computador a partir do diálogo entre educadores e educandos sobre a presença do computador no mundo contemporâneo e sobre apropriação de tal instrumento de cultura, a fim de o mesmo possibilitar o desenvolvimento de um projeto político para uma sociedade mais igualitária e democrática. Na parte de necessidade de conhecimento sobre o funcionamento do computador Nesse sentido, o computador é um instrumento que deve ser usado para representar a realidade, codificá-la e ,mediante a reflexão ,decodificá-la, isto é , analisá-la criticamente (Menezes, 1993).

Assim, o computador deve ser um instrumento pedagógico auxiliar para que o homem possa representar seus conhecimentos criados com outros homens ou uma mediação para os seres humanos realizarem a comunicação. A mediação possibilitada pelo uso do computador de forma alguma substitui a realização de diálogo que só é possível entre seres humanos (princípio freire ano da dialogicidade). Nesta perspectiva, o educando não dialoga com o computador com o qual o diálogo não é possível. Ainda que em determinados momentos o uso do computador possa ser uma atividade individualizada, uma atividade realizada em consonância com os princípios freire anos. Necessariamente se configurará em uma utilização compartilhada no ambiente de aprendizagem, a serviço da representação de conhecimento e de pessoas que construíram conhecimento coletivamente(Menezes, 1993).

O computador deve ser visto também, como um instrumento para servir a humanização e não para uma domesticação do homem, daí a necessidade de ser visto como um lado de realidade que possui contradições de ordem econômica, social e prática. Da mesma forma , como um instrumento de cultura deverá estar sendo colocado á disposição do homem , não como um elemento de mais opressão.

7.3.Por Que Inclusão Digital na EJA?

Carecemos, portanto, de um conceito de inclusão digital mais amplo, que proporcione uma dimensão social e política para o papel que a tecnologia representa para a sociedade, visando “fomentar o exercício da cidadania, para dar voz às comunidades e setores que normalmente não têm acesso à grande mídia e para apoiar a organização e o adensamento da malha de relações comunicativas entre os atores da sociedade civil que constituem a esfera pública” (Sampaio, 2003).

Este processo implicaria uma reorientação estratégica em relação ao que costumeiramente constitui o propósito dos projetos de inclusão digital, pois, ao invés de serem apresentados como um conhecimento já acabado sobre o que a tecnologia digital possibilita, a sociedade, ela mesma, deveria manifestar suas demandas em relação aos benefícios que as tecnologias podem proporcionar, tornando-se assim, sujeito do processo de inclusão digital, afirmando sua cultura e, por conseguinte, sua cidadania (Revista, 2006.).

Nesse sentido toda uma linha de pesquisadores no campo da comunicação comunitária vem desenvolvendo suas pesquisas e chegando a suas conclusões, apontando metodologias de trabalho. Santoro (1989) já apontava a necessidade de

trabalhar com o vídeo popular no sentido de colaborar “para que as classes populares possam expressar a sua própria visão de mundo, informar-se, registrar sua história”.

Peruzzo (1998) salienta que o poder é a questão central da temática da participação, devendo ser ele solidário e partilhado, formado por características participativas da sociedade propostas por Pedro Demo, dentre as quais destacamos as idéias de que “o poder vem de baixo para cima, sendo detentor dele o próprio movimento (...) quem está no poder não é dono dele, tendo-o recebido da comunidade, por delegação” (Peruzzo, 1998, p. 88).

Pode-se pensar que o público que freqüenta os cursos da EJA não se depara com o desafio do computador em seu ambiente de trabalho. No entanto, tal demanda se aproxima cada vez mais também dessa realidade, à medida que há necessidade de operar equipamentos que exigem uma certa familiaridade com a tecnologia (como em ambientes domésticos portaria dos prédios, pequenos estabelecimentos e empresas). Alguns relatam que na hora de operar algum aparelho eletrônico, máquina ou propriamente um computador, tem que chamar outra pessoa que tenha conhecimento. Outros relatam que aprenderam a operar equipamentos decorando a seqüência das teclas, apoiados em símbolos.

Por fim, há os que delegam tudo o que se relacionar a eletro-eletrônico para os outros dados de pesquisa do IBGE.2005 e outras organizações que apontam uma realidade de analfabetismo de jovens e adultos brasileiros. Com relação à tecnologia estima-se que 10% dos brasileiros tem acesso a um computador e 6% a internet. Desse total 80% pertencem as classes A e B, e sua localização geográfica concentra-se nas regiões metropolitanas.

Segundo pesquisa Ibope de maio de 2001, nas regiões metropolitanas do Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife e Fortaleza, 20% da população está conectada à rede mundial de computadores. Em termos internacionais é pequena, todavia representa o dobro, se comparada à média nacional.

Dos mais de 5 mil municípios do país, apenas 300 contam com infra-estrutura essencial para instalação de serviços de acesso a rede, o que tende a deixar de fora da revolução digital 94% das localidades do país (DIÉGUEZ,2001).

Esses dados apontam as principais condições que interferem no grau de exclusão ao acesso tecnológico: o analfabetismo, a condição sócio-econômica e a

localização geográfica. Sendo assim, a inclusão digital, tocar com a ponta dos dedos o universo de informação e poder acessível a partir da tele informática, é uma realidade para uma pequena parcela da população mundial, e, em países como o Brasil, para um público ainda mais seletivo.

Diante desse contexto social.. Por um lado, os avanços tecnológicos permitem a minimização dos custos na produção de bens, facilidade e agilidade nos processos de comunicação, diagnósticos mais precisos na área médica; por outro lado, ampliam o índice de exclusão crescente da participação humana no processo de produção, inclusive nos chamados países de primeiro mundo, onde também aumentam os índices de desemprego e empobrecimento da população. As questões sócio-político-econômica-científico-tecnológica não podem ser analisadas separadamente.(MACHADO, 1997)

Nesse contexto, as dificuldades daqueles que não dominam o processo de leitura e escrita estão se multiplicando. As funções antes artesanais e braçais, estão substituídas por máquinas. A atividade intelectual faz necessária e a inclusão digital configura-se, cada vez mais, como uma ética diante das demandas do cotidiano e do mundo do trabalho.

A mudança que ocorre no trabalho do operador é ampla e atinge seu conteúdo, sua estrutura e seqüência, pois é a máquina que vai responder por uma execução tradicionalmente conhecida como função do trabalhador. No entanto, novos paradigmas se apresentam para as tarefas de preparação da máquina que passa a ser responsabilidade do operador, em termos de conhecimentos e habilidades. O operador tem adquirido um perfil amplo na operação das funções de preparação, de controle de qualidade e até de elaboração de programas mais simples, exigindo-se dele maior responsabilidade e competência (MACHADO, 1997:180,181). Embora haja uma preocupação encontra-se alienada das facilidades, oferecidas pelas novas conquistas da tecnologia.

Os primeiros passos da democratização da tecnologia da informação tem ocorrido nas escolas públicas, porém os alunos da Educação de Jovens e Adultos encontram-se excluídos desta oportunidade oferecido pelo sistema público de ensino, pois muitos deles chegam sem motivação em querer aprender e entrar no mundo digital. Com a oportunidade da implantação do laboratório de informática na escola e vendo a realidade da comunidade escolar de implantar projetos de alfabetização de jovens e adultos que inclua em seu currículo para enriquecimento dos conteúdos, melhorando o

ensino-aprendizagem e superando o grau de exclusão que se encontram, permitem a estes alunos(EJA) se integrarem ao movimento da atualidade e desenvolveram competências para utilização da leitura e escrita no contexto no qual estão inseridos.

8 METODOLOGIA:

A pesquisa foi feita através de aplicações de questionários aos alunos do EJA III da EMEIF Reitor Antônia Martins Filho em Fortaleza. Neste trabalho desenvolvemos a metodologia de pesquisa, modalidade justificada pelas características deste estudo, ajustando-se adequadamente, aos seus propósitos, pois compreendemos que, a sua abordagem respeita e valoriza a subjetividade humana.

Trata-se então, de um estudo exploratório e descritivo, com cunho qualitativo e cuja abordagem fundamenta-se em uma visão humanitária, implicando em uma interação efetiva do pesquisador com os sujeitos pesquisados e vice-versa. E ao possibilitar que as falas dos sujeitos sejam analisadas qualitativamente e portanto, por categorização, isto se faz através do agrupamento de todos os elementos que possuem características convergentes e/ou divergentes (BARROS LEHFELD, 2001).

Deste modo analisamos a importância do uso do computador para a inserção dos alunos da EJA III no mercado de trabalho, idéias e pensamentos, os quais, uma vez registrados, foram interpretados, permitindo assim uma melhor compreensão da pesquisa.

Nossa opção por um estudo qualitativo, fundamentou-se na melhor possibilidade de viabilizar o levantamento de dados existentes comum na população estudada, que nos favoreceu chegar a um consenso em relação à análise e a compreensão dos aspectos consensuais das considerações e conclusões de nossos estudos teóricos e da pesquisa de campo.

Nesse sentido, Barros & Lehfeld (2001) mencionam a importância em considerar o ambiente natural como fonte direta dos dados, como no caso desta pesquisa, onde foram predominantemente, descritivos. A autora, também cita a contribuição do tratamento qualitativo em diversas pesquisas, por proporcionar ao pesquisador preocupar-se com o significado que as pessoas atribuem aos fatos ou ocorrências, não se prendendo tão somente a resultados e produtos.É possível então, compreender como os sujeitos concebem as questões que foram levantadas e, capacitá-los à exploração de conceitos e representações, cuja essência se perderá em outras abordagens.

O objeto de estudo, teve primazia na realização de seu todo genuinamente a partir de uma pesquisa, realizada na EMEIF Reitor Antonio Martins Filho, localizada no município de Fortaleza-Ceará. realizei entrevistas com os (20) vinte alunos da EJA III.

A escolha desta instituição é decorrente do fato de lecionarmos nela e vivenciamos o dia-a-dia dos alunos. O instrumento da pesquisa estruturada no modelo de questionário conta com 08 questões abertas e subjetivas, proporcionando respostas livres dos sujeitos. A coleta de dados, foi desenvolvida utilizando questionários individuais, previamente elaborados, isso nos possibilitou ter um perfil dos sujeitos e a compreensão do foco central do nosso trabalho: A inclusão Digital do Alunos da EJA III e os sentimentos pessoais dos alunos, feito através de uma análise de dados.

9 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Antes de entrarmos na análise propriamente dita, torna-se importante tecermos alguns comentários.

A coleta de dados, para este trabalho, foi realizado através de questionários perguntas aplicados aos alunos da EMEIF Reitor Antonio Martins Filho-SER V, cuja temática versou sobre a inclusão digital dos alunos da EJA III, bem como a análise dos mesmos, serão aqui expostas. Os sujeitos da amostra da pesquisa foram realizados com 20 (vinte alunos) da EJA III, do turno da noite.

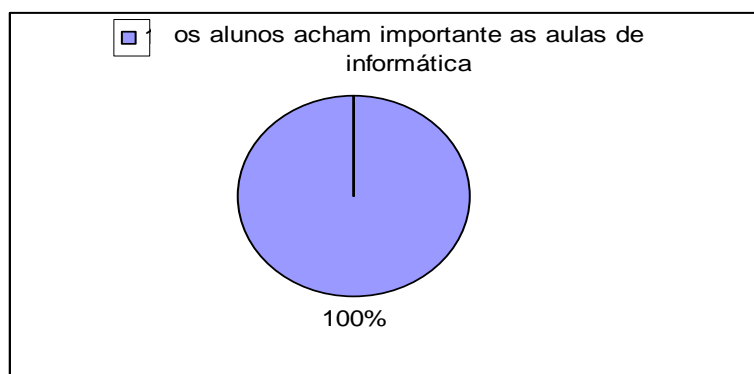
Os critérios adotados para a seleção dos alunos, como já exposto, foram o fato desses estudarem na escola há muito tempo.

A aceitação da técnica por nós selecionados para pesquisa-questionário, foi muito boa. As perguntas elaboradas também ajudaram na formulação das respostas visto que colocamos questões abertas que deixaram os pesquisados livres para responder o que de fato sentiam. Em momento algum direcionamos ou induzimos, a resposta única, tivemos sempre cuidado de dar liberdade aos alunos para responderem de acordo com o seu ponto de vista.

Na intenção de preservar a identidade dos pesquisadores optamos por discriminá-los como aluno x e aluno y. Objetivando respostas sem evasivas deixamos claro, aos que se dispuseram a nos auxiliar nesta empreitada, que não seria necessário sua identificação, fato que lhes deu tranquilidade para exporem suas idéias, pensamento e angústias sem receios de represálias ou má interpretação.

No decorrer do questionário, pudemos verificar que , embora os alunos tenham habilidades com o computador, há uma certa angustia , medo do novo, embora também esteja clara a certeza de que somente a inclusão digital ajudará a transformação o quadro social em que nos encontramos, isso fica bem evidente na segunda resposta da importância das aulas de informática educativa para eles.

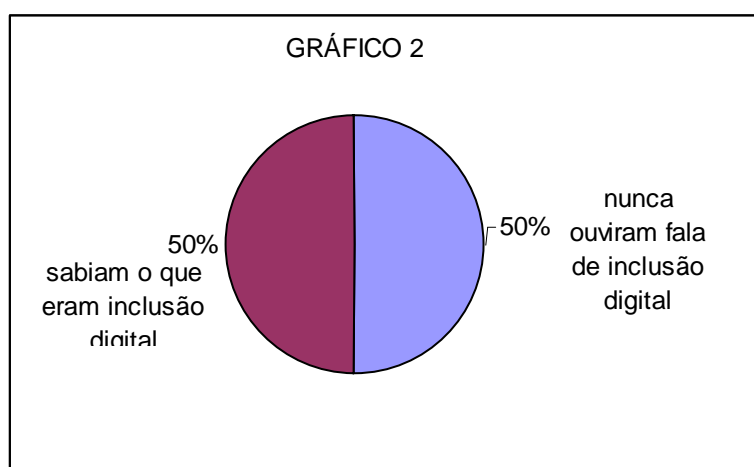
GRÁFICO 1



Todos os pesquisados responderam sim, pois com o avanço da ciência e da tecnologia é importante, “pois se a gente não sabe ligar um computador, como um analfabeto digital.”

Com base nas respostas dadas, podemos afirmar que os alunos são conscientes da importância do computador em suas vidas pessoal e profissional. Percebe-se que partem de um pressuposto que somente através da inclusão digital , pode-se ver as transformações sociais, econômicas e políticas do país.

A primeira pergunta é relevante, pois se refere às políticas públicas dos programa municipal de inclusão digital.



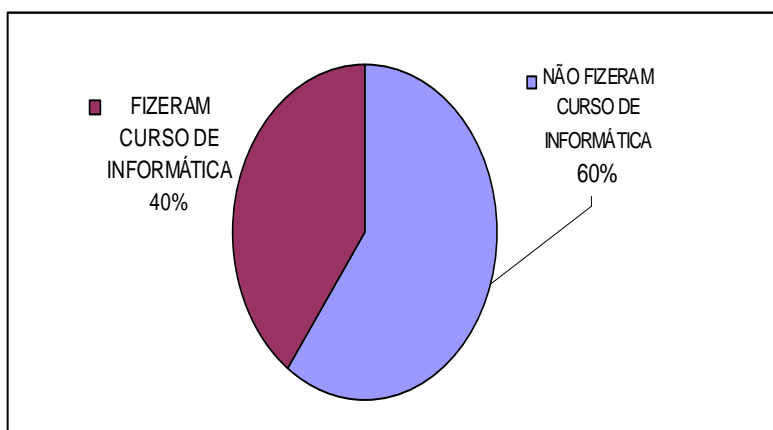
Perguntados sobre se sabiam o que era inclusão digital 50% responderam que não. “Nunca ouvi falar, apenas que as escolas dos municípios tinham computadores, e que nós iríamos ter aula”.

Outros 50% responderam que ouviram falar na imprensa falada e escrita, porém , não sabia o que era mesmo de verdade.

Embora os pesquisadores tenham consciência da necessidade da inclusão digital para a classe menos favorecida, desconhecem a proposta do programa municipal sobre a inclusão digital.

A terceira pergunta sobre curso de informática por eles realizados mostraram os seguintes resultados..

(GRÁFICO 3)

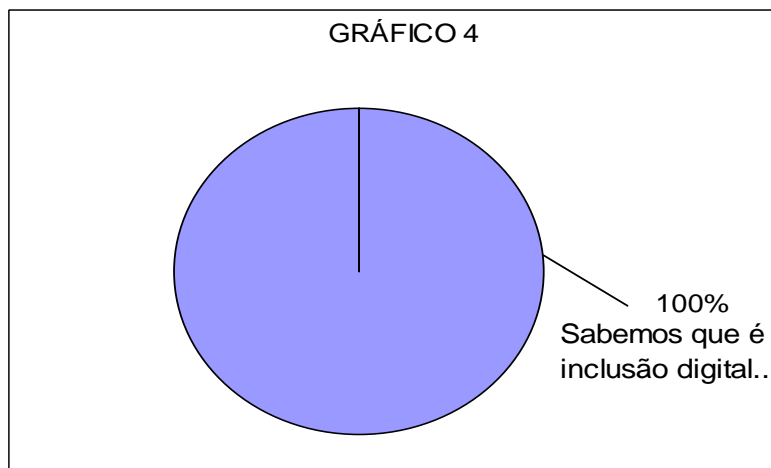


A maioria, 60% responderam não acrescido das explicações: Não.”Pois não tenho tempo para isso, pois tenho que trabalhar.Cursos só aqui na escola , que para nós é de grande avalia, pois no meu trabalho tem computador e já estou aprendendo a operacionalização.”

40% deles disseram Sim.” Fizemos vários cursos, inclusive professor estas aulas já estão sendo útil para nós.”

Percebemos que o fator tempo e questão econômica estão arraigado em sua vida diária, a lei da sobrevivência Porém, temos alunos que mesmo com dificuldade fazem cursos para a sua realização pessoal e profissional.

Na quarta e quinta pergunta, percebemos que todos os alunos sabem o que é inclusão digital e que a sala de informática educativa com os objetivos propostos atendam seus anseios e que trabalhem com material para sua vida prática para o mundo trabalho.



Todos os pesquisadores (100%) afirmam que o laboratório de informática atende suas necessidades para a inserção para o mercado de trabalho.”Para mim é ter acesso as informações e com estas informações gerar conhecimentos importantes para nossa vida, que a internet sirva para auxiliar o homem ,seja qual for sua funcionalidade prática.”

E todos, concordam que a sala de informática atende suas necessidades para a inserção no mercado de trabalho e completam “a sala de informática em nossa escola é direcionada e cumpre os horários corretos com materiais concretos para nossa vida prática, não esquecendo de seu objetivo de incluir para o mercado de trabalho.”

É essencial a importância que o professor conviva com os alunos observando seu comportamento, conversando com ele, perguntando, sendo interrogados por eles, e realizando, também com eles suas experiências, para que possa auxiliar sua aprendizagem e seu desenvolvimento

Nas sextas, sétimas e oitava perguntas, eles não conhecem outros projetos de informática educativa e sempre pede para fazer currículo, bilhete, redação solicitando emprego, etc. e acham que o laboratório de informática educativa está muito bom, ” não precisa mudar e se mudar mude para melhor.”

Entendemos que, nesse momento, os professores cumprem seu papel, visto que a educação tem como finalidade primeira a criação de condições que facilitem a aprendizagem do aluno. Tem a educação, como objetivo básico, liberar a capacidade de auto-aprendizagem do aluno de forma que seja possível seu desenvolvimento tanto intelectual quanto emocional.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção do computador no processo de educação de jovens e adultos não deve ter por objetivo somente questões pragmáticas sob o risco de uma educação teoricista, uma prática esvaziada de significado absoluta. O computador deve ser um instrumento pedagógico a serviço do processo de construção de um conhecimento autônomo e criativo segundo a concepção de Educação proposta por Paulo Freire. O trabalho pedagógico há que ser inter-disciplinar não somente por questão de metodologia de organização das atividades escolares, mas por uma questão de convicção de que o homem compreende o mundo e constrói conhecimento na relação com o outro, em busca de respostas a questões significativas, e isso não se faz de forma fragmentada, como aparece nas propostas curriculares tradicionais compartimentalizadas em disciplinas. Sendo assim, as atividades que se utilizam na alfabetização de jovens e adultos devem estar engajadas em projetos que tenham significação individual e relevância sócio-política e permear a construção do conhecimento que se faz no espaço educativo.

Nunca na história da humanidade, a relação entre informação, conhecimento e cidadania, estiveram tão próximas. Hoje para que novas tecnologias dêem sua contribuição à democracia, é preciso receber, reelaborar e produzir informações e pontos de vista de forma interativa. Essa realidade torna o acesso à informação digital uma necessidade para o desenvolvimento econômico, cultural, político e social do país.

No atual cenário de crescente e rápido desenvolvimento das novas tecnologias da informação e da comunicação, como o computador e a internet, o mundo passou a depender muito da rapidez da informação em todos os setores da vida social. Não só isso, o acesso à informação constitui direito inalienável fundamentado na educação.

Essa pesquisa mostrou a importância de um laboratório de informática educativa para a inserção dos alunos da EJA III para o mundo do trabalho, visto que a maioria deles encontram inserido no mercado formal e esperamos que os governantes continuem esses projetos de muita avalia para a classe menos favorecidas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B. *O computador na escola: contextualizando a formação de professores*. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2000.

ALMEIDA, E.(2003) . *Alfabetização e Inclusão Digital: fundamentos, avanços e desafios*(Mimeo).

BARROS, A J. de S.; LEHFELD, N. A de S. *Fundamentos de metodologia científica: um guia para iniciação científica*. 2 ed. São Paulo: Makron, 2001

BRASIL. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 jul. 2004.

BRASIL.MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação.Disponível em: [Http://www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br).(Acesso em: 10 maio 2002.)

_____. Plano Nacional de Educação. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 maio 2002.

_____.Lei de Diretrizes e Base da Educação nº 5692 de 11.08.71, capítulo IV. Ensino Supletivo. Legislação do Ensino Supletivo, MEC, DFU, Departamento de Documentação e Divulgação, Brasília, 1974.

_____.PARECER nº 699/71. Regulamenta o capítulo IV da Lei 5.692/71. 06 de julho de 1972. Constituição Federal de Educação. Rio de Janeiro.

DEMO, Pedro. *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. *Pesquisa e construção do conhecimento*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

_____. *Pesquisas e construção: metodologia científica no caminho de Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

DI PIERRO, Maria Clara,;GRACIANO, Mariângela. *A educação de jovens e adultos no Brasil*. São Paulo, Ação Educativa, 2003(www.acaoeducativa.org/reloralc.pdf).25 de fevereiro de 2007.

EDUCAÇÃO DO TRABALHADOR. Jornal do programa SESI-Educação do Trabalhador-Ano 5-2004- nº16.

FERNANDES,J.R.A. Introdução do computador como instrumento pedagógico na educação de Jovens e Adultos. São Paulo, PUC-SP,1999. Monografia

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 39 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____.Pedagogia da autonomia:saberes necessários a prática educativa. 16ªed. Rio de Janeiro , Paz e Terra, 2000.

_____.Educação como prática de libertação. 24ªed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

FREIRE, Paulo & MACEDO, Donaldo. Alfabetização: leitura do mundo leitura da palavra. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

FRIGOTTO, G. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 57-82.

FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 180-216.

GADOTTI, M. Convite a Leitura de Paulo Freire. São Paulo, Scipione ,1989.

HADDAD, Sergio. Estado e Educação de Adultos (1964 - 1985). São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1991. 360 p.

IPECE. Síntese dos indicadores sociais do Ceará – 2004. Fortaleza: IPECE, 2006.

MORAES, M.C. Novas tendências para o uso das tecnologias. Campo Grande, Ed.:UFMS,1999, p.121-154.

MENEZES,S.O logo e a formação de professores:o uso interdisciplinar do computador em educação . São Paulo, USP, Escola de Comunicação e Artes,1993. Dissertação de mestrado.

PERUZZO, Cicília. Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania. Petrópolis, Vozes, 1998.

SOARES, Leôncio José Gomes. A Política Educacional. Disponível em:
<http://www.educacaoonline.pro.br/a_politica_educacional.asp?f_id_artigo=325>.

Acesso em: 09 maio 2002.

www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/notas_tecnicas/NT)

ANEXO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM -UAB
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

Instruções para o questionário

1. Não precisa se identificar.

2. Sua participação é muito importante, por isso não deixe questões sem responder.

01. Você conhece a proposta do Programa Municipal sobre a inclusão digital?

02. Você acha importante as aulas de informática educativas para você?

03. Você já participou de algum curso de informática?

04. Você sabe o que é inclusão digital?

05. A sala de informática, atende suas necessidades para a inserção para o mercado de trabalho?

06. Você conhece algum projeto de informática educativa? qual(is)?

07. Dê sugestões sobre as atividades desenvolvidas na sala de informática educativa?

08. Dê sugestões de aplicativos para sua inserção no mercado de trabalho?
